

RIO DE JANEIRO, RJ, 24 DE NOVEMBRO DE 2000

Estimado Senhor Doutor Geraldo Quintão, Ministro de Estado da Defesa; Senhores Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que me dão a honra da companhia; Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Senhores Oficiais-Generais, Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Rui de Almeida e Silva, diretor da nossa Escola; Senhoras e Senhores que terminam o curso, Senhoras e Senhores,

Já se vai transformando em tradição este nosso encontro. Retorno aqui, pela sexta vez, para termos um contato com aqueles que terminam os Cursos de Altos Estudos Militares. E é uma oportunidade sempre muito bem-vinda para o Presidente da República, para o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas e para o antigo professor de Sociologia de refletir um pouco sobre o mundo que nos cerca, sobre a conjuntura brasileira e, mais particularmente, sobre os temas relacionados com a defesa nacional. O Senhor Ministro da Defesa fez uma alusão a alguns deles.

Nós, hoje, estamos aqui, reunidos neste local, essa Ilha de Villegagnon, que serve de estímulo especial para este tipo de reflexão. Sabemos que as pedras de fundação deste edifício foram testemunhas de muitos e muitos eventos. E, aqui, por incontáveis gerações, entre nós, grupos indígenas fizeram da Baía de Guanabara sua morada e, também, vez por outra, seu campo de batalha.

Nos últimos cinco séculos, este local testemunhou o contato, que nem sempre foi amigável, entre culturas diferentes. Em 1555, exatamente neste local onde estamos, foi iniciada a experiência da chamada França Antártica. O Governador-Geral Mem de Sá, que governou o Brasil por quatorze anos – deve ter sido muito criticado por isso – foi responsável pela expulsão dos franceses desta ilha. E ele fez uma menção que é curiosa, sobre as fortificações de Villegagnon. Eu o cito. Ele diz assim:

*Posto que vi muito e li menos, parece-me
a mim que se não viu outra fortaleza tão
forte no mundo*

Quer dizer que o exagero, que dizem que é nosso, é também dos nossos ancestrais. Mas aqui está uma observação do Mem de Sá.

Pois bem, o que será que essas pedras do antigo forte de Coligny nos teriam a dizer, para iluminar a nossa visão do mundo contemporâneo? Antes de mais nada, elas talvez nos digam que há muito tempo testemunharam a História humana. E, para surpresa de quem estudou História nos bancos escolares, como eu, há algum tempo, os arqueólogos descobrem um passado humano cada vez mais antigo, nas terras brasileiras. E o mais importante: estas mesmas pedras, que servem de base a essa fortaleza, quiçá pudessem afirmar que o passado, mesmo quando remoto, vive, de muitos modos, no presente e condiciona o futuro. A idéia não é nova. Há muito tempo já se formulava de outra maneira essa mesma idéia de que, cada vez mais, os mortos governam os vivos.

Não é, portanto, uma simples coincidência que as instituições brasileiras vistas, pela opinião pública, como mais relevantes são exatamente as que conhecem – e até cultuam – o seu passado. A tradição de buscar o passado com os olhos no futuro talvez seja um dos mais significativos serviços que as Forças Armadas brasileiras prestam à Nação.

Tudo isso nos traz à mente uma lição, tantas vezes esquecida mesmo por analistas brasileiros. Não somos mais um “país jovem”, cuja falta de idade é citada, com freqüência, como justificativa implícita de uma situação de menoridade no concerto das Nações. Isso não verdade. Já temos quinhentos anos.

A visão do Brasil no resto do mundo é, em grande parte, forjada, como é natural, pelo modo como nós mesmos nos vemos. Os correspondentes de imprensa estrangeiros não são mentirosos contumazes e, de modo geral, apenas espelham as imagens correntes que temos sobre as nossas realidades e as nossas perspectivas. Até que ponto essas imagens são fruto de uma deformação decorrente da falta de uma maior visão do passado? Em que medida as nossas dificuldades com o futuro não são também fruto daquilo que um intelectual do porte de José Honório Rodrigues definiu como sendo a “baixa consciência histórica” do País?

O nosso passado, como de todas as outras Nações, nem sempre é inspirador. Contudo, porque olhar para os feitos dos nossos antepassados para apenas colher razões de pequenez ou injustiça?

Há algumas semanas, por ocasião do lançamento em Angra dos Reis do Plano de Reativação da Indústria Naval, usei a expressão “mentalidade colonial” como a origem do sentimento de inferioridade do Brasil. Este sentimento é um dos principais freios para a transformação do País e para os que desejam congelar o presente quadro mundial de poder. Não interessa que tenhamos viva na memória a inspiração do passado e, portanto, sejamos condenados a um eterno destino de “alma pequena”.

Um outro aspecto que nos traz à mente a Ilha de Villegagnon é o fato de que a globalização não é uma invenção das manchetes dos jornais de ontem. Ela foi iniciada com as navegações portuguesas em

busca do Oriente, que também resultaram na chegada dos europeus ao Brasil. Trata-se, portanto, de um fenômeno com o qual o Brasil convive há cinco séculos. Intelectuais, como Alain Touraine, destacam a existência de reações localizadas contra a globalização com base em fatores culturais ou religiosos. Mas, em última análise, todos aceitam que se trata de um fenômeno econômico irreversível. Com frequência, é argüido que, nas últimas décadas, graças às novas tecnologias de transporte e comunicação, aumentou, de forma exponencial, a velocidade da globalização. Somente o futuro confirmará ou não essa avaliação. Resta-nos apenas recordar que as gerações passadas de brasileiros, pelo menos desde a abertura dos portos em 1808, sempre consideraram que o mundo estava se tornando menor e a uma velocidade sem precedentes. Basta ler um pouco a História. Basta ler um pouco os cronistas. Basta ler as memórias que existem e ver que essa sensação de que tudo está mudando muito depressa, de que nós estamos, cada vez mais, sendo comandados por fenômenos que decorrem de países além das nossas fronteiras, não é novidade.

Em suma, nascemos e fomos forjados como um país pela própria globalização. Na verdade, o Brasil é consequência do movimento de expansão do capitalismo comercial. O Brasil e todos os demais países da descoberta do Novo Mundo são consequência da expansão do capitalismo comercial europeu. E o próprio contato entre a Europa e a Ásia, a “descoberta” da China pelos europeus, não é outra coisa senão um processo de expansão e de formação de um mercado único, internacional.

Diante desses quinhentos anos de conhecimento do fenômeno, qual é a razão, portanto, de nós termos tantos temores expressos, com tanta insistência, pela nossa intelectualidade, e essa espécie de sensação de que somos incapazes de conviver com esses fenômenos mais globais? Para os que aqui estão reunidos, não creio que seja necessário pormenorizar a relevância dos “fatos mentais” na questão de defesa nacional. Existe, portanto – e nisso estou insistindo – a idéia de que, como não temos, frequentemente, a noção da evolução do processo histórico, como existe pouca apreciação, em geral, sobre

o que aconteceu no passado e como se percebe, muito freqüentemente, fragmentariamente, o que acontece aqui e ali, é difícil dar-se conta do processo evolutivo e é difícil dar-se conta de que este país tem uma longa experiência de conviver com processos que são mais amplos do que o próprio fato local, e tem sido capaz de superar as imensas dificuldades com as quais nós nos defrontamos, no decorrer da nossa História. Temos sido capazes, com êxito, de ultrapassar essas dificuldades.

Entretanto, por essa espécie de viseira que torna difícil perceber esses fenômenos, existe, entre muitos, a sensação de que o Brasil, como um país ainda na minoridade, ainda incapaz, ainda não-sei-o-quê, não conseguirá enfrentar os desafios do presente.

Ora, as sucessivas instalações militares desta ilha desde 1555 – francesas, portuguesas e brasileiras – nos mostram claramente que a defesa nacional não é um problema local. Não era um “problema local” no século XVI – quando a ameaça vinha do outro lado do Atlântico – e muito menos o é hoje. As velhas visões de círculos concêntricos de interesses decrescentes na medida em que se afastam do Brasil a cada dia perdem mais validade. Na verdade, faz-se necessário buscar ver o mundo como um cenário único de onde podem surgir os mais diversos desafios, ameaças e, sobretudo, oportunidades. Repito o termo “oportunidades” porque devemos resistir às visões de certos setores que continuam insistindo na idéia de que o restante do mundo é apenas um perigo para o Brasil.

Possivelmente, o primeiro passo neste objetivo de atualizar as visões brasileiras do mundo seria começar a pensar não apenas em escala nacional, mas também, pelo menos, com a dimensão sul-americana.

E essa recomendação de pensar em escala, pelo menos, continental não é tão simples quanto possa parecer. Há duas ou três gerações convivemos com a idéia de que deveríamos ser autárquicos. A chamada “substituição de importações” na economia foi vista, durante décadas, como sinônimo de desenvolvimento. E nesta busca de auto-suficiência, até mesmo os nossos mapas escolares ignoravam os países vizinhos. O território brasileiro, como apresentado

aos nossos estudantes, ainda é cercado de uma área cinza ou amarela de onde emergem misteriosamente apenas os traçados de rios.

Na América Latina, pelo menos desde o Congresso Anfictiônico do Panamá, de 1826 – aprendi isso recentemente, porque estive lá, entregando as Atas do Congresso do Panamá, que estavam depositadas no Brasil; e, agora, quando tivemos o encontro dos líderes ibero-americanos, o Brasil entregou ao Panamá essas atas do Congresso Anfictiônico – já se registra um impulso de integração. Até há poucos anos, esse impulso era visto como romântico, como no caso dessas Atas, inspiradas por Bolívar.

No ideário brasileiro de uma geração atrás, estávamos fadados a ser uma grande potência independentemente da situação dos países vizinhos. No entanto, no mundo globalizado, a escala do mercado passou a ser a variável estratégica para garantir um desenvolvimento auto-sustentável. Na América do Sul, ou unimos nossas economias para alcançar uma escala adequada de mercado ou estaremos condenados ao subdesenvolvimento. A recente reunião dos Presidentes sul-americanos, em Brasília, mostrou que essa visão não é apenas brasileira. Ela é compartilhada por todos os países da região. E, curiosamente, foi este ano que houve um encontro de todos os Presidentes da América do Sul. Nunca os Presidentes da América do Sul se haviam encontrado formalmente, tal era o isolamento, até mesmo mental, de todos nós, que não percebíamos a importância dessa integração espacial, dessa integração geográfica.

Essa realidade de uma integração imperiosa afeta as nossas percepções de defesa nacional. O caminho da união continental estará enfrentando enormes obstáculos, cuja superação exigirá uma básica pré-condição: de que haja um ambiente de paz na América do Sul. Em outros termos, qualquer conflito fronteiriço, qualquer ameaça à democracia, qualquer turbulência econômica ou social de maior envergadura ou qualquer situação de desrespeito ao princípio de não-intervenção nos assuntos internos de outros países não é apenas problema para um ou dois países da região. Quaisquer desses fenômenos representam também quebra da paz e, por-

tanto, séria ameaça à consecução do objetivo comum que todos almejamos para a América do Sul.

As Forças Armadas brasileiras têm um papel essencial no esforço de preservar a paz no Continente. Como exemplo, caberia citar aqui a Missão realizada pela Momep – Missão de Observadores Militares no Equador-Peru – que representou uma contribuição valiosa do Brasil para a resolução de um dos mais complexos litígios fronteiriços da América do Sul. No dia-a-dia, o contato dos militares brasileiros com seus colegas sul-americanos vai consolidando uma situação de confiança mútua e, quiçá, o mais sólido pilar de um ambiente de paz a que me referi. E, desses contatos, algumas imagens podem ser entendidas até como emblemáticas dos novos tempos como, por exemplo, os aviadores argentinos adestrando-se no navio-aeródromo Minas Gerais. Em outras palavras, diante de um destino comum sul-americano, não mais existem limites para a cooperação entre as Forças Armadas na defesa da região.

Cabe observar que o ambiente de paz sul-americano não é a situação do mundo como um todo. Segundo o Instituto Internacional para Estudos Estratégicos de Londres, no ano passado, ocorreram, pelo menos, 100 mil mortes em decorrência de conflitos armados. Retorno, pois, à idéia de que a defesa não é apenas um problema local ou, melhor dito, uma questão apenas regional. Em qualquer parte do mundo, uma quebra da paz é também potencialmente uma ameaça para a região.

Assim, desde os tempos em que os franceses tentaram fazer a França Antártica aqui, nesse local, como ameaça, portanto, aos portugueses e aos brasileiros, o conflito já não era local, como hoje, com muito mais força se vê. Qualquer uma dessas variáveis afeta a segurança nacional.

Por conseguinte, além de buscarmos pensar em escala sul-americana, o segundo passo para atualizar a visão brasileira da defesa nacional é reconhecer que, no futuro, as ameaças ou oportunidades poderão surgir em qualquer quadrante do Mundo. Quem é que pode nos garantir, aqui mesmo, entre nós, que, dentro de poucos anos, não vá

ocorrer uma crise que demande a presença, por exemplo, da nossa Armada, seja lá no Caribe, seja na região do Atlântico Sul, seja, quem sabe, eventualmente, até no Pacífico? Será que é impensável a possibilidade, por exemplo, de sermos levados a uma ação mais consistente, de apoio humanitário, por exemplo, à África? Eu, recentemente, numa reunião em que estava, em Berlim, com alguns chefes de Estado – estava presente o Presidente Clinton – e ele insistiu muito, diante de todos nós, que a questão central para a segurança americana era o combate ao que ele chama de Sida-Aids, colocado como de uma perspectiva de defesa nacional.

Qualquer pessoa que conheça a realidade europeia e veja a prosperidade europeia e a pobreza africana, e o fato de que a África, hoje, em várias partes, é um Continente ameaçado internamente, pela doença, sabe que ela é transmissível, sabe que hoje os africanos buscam a prosperidade europeia e se preocupa com a África, construtivamente. Ou, então, afetará, no futuro, a sua própria segurança. Há países, na África, onde 30, 40% da população já são portadores de HIV. Já vi estimativas de que metade da força de trabalho da África do Sul, nos próximos dez anos, pode morrer, como consequência da Aids. Ou seja, um fenômeno dessa natureza pode afetar não apenas os países africanos, mas pode afetar os países europeus e – por que não dizer? – mais adiante, os nossos próprios países.

Portanto, é difícil imaginar que devamos estar olhando a segurança nacional apenas da nossa perspectiva local. Evidentemente, no mundo que herdamos, de tanta turbulência, da guerra fria, as Forças Armadas brasileiras, em termos de operação de paz, podem estar atuando – como estão – nos mais diversos pontos do planeta. Então, como disse anteriormente, a defesa nacional não era um problema local. Nem o foi no século de Mem de Sá. Nem é hoje e será muito menos amanhã.

O leque de possibilidades de emprego futuro das Forças Armadas, no território brasileiro e no exterior, é uma incógnita. Então, qual será o ponto de equilíbrio, no caso brasileiro, entre as necessidades e as possibilidades?

Como todos sabemos, não existe uma resposta técnica para esta indagação. Para complicar o cálculo, existe uma defasagem de tempo entre imaginar uma necessidade e poder atendê-la. Entre desenhar um navio de guerra e tê-lo operacional. Pode haver uma brecha de tempo de até, sei lá, cinco anos, senão que mais tempo. Em contrapartida, as necessidades decorrentes de uma crise ou de uma oportunidade podem se apresentar em questão de dias ou de semanas, uma coisa muito imediata. E, por ironia, com a crescente complexidade tecnológica, torna-se, entretanto, cada vez mais difícil adquirir os meios necessários, no tempo necessário, para que se faça, realmente, frente a alguma ameaça.

A resposta para essas questões – qual é o ponto de equilíbrio, até quando vamos poder desenvolver, tecnologicamente, meios de defesa – não é uma questão que possa ser resolvida por uma decisão minha, como Comandante Supremo, nem dos comandantes militares. É uma questão da sociedade brasileira como um todo, olhando a evolução política no mundo. Ou seja, as nossas Forças Armadas, de qualquer maneira, devem estar preparadas, prioritariamente, para operar em uma base territorial, em escala continental e, como tenho apontado, têm que levar também em consideração a possibilidade de um palco mundial para onde podem vir a ser chamadas.

Cumpre recordar o fato de que as Forças Armadas já se estão preparando, há anos, para este palco mundial. Por exemplo, nas operações de paz, desde os anos 50. Creio que já participaram, do Brasil, cerca de 12 mil brasileiros, nas operações de paz, o que corresponde, mais ou menos, à metade do que nós mandamos na Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial. As nossas Forças Armadas têm atuado em operações de paz em vários pontos do planeta. Portanto, o nosso eixo fundamental, do Oiapoque ao Chuí, que é o eixo da nossa soberania, não é o horizonte espacial onde poderemos ter que atuar em virtude de desafios, ameaças ou oportunidades relacionados com o interesse nacional.

Neste momento, estão em curso quinze missões de paz, nas diversas partes do mundo. Estamos participando, com policiais brasilei-

ros, com militares brasileiros. Eu mesmo vi, na Angola, cerca de mil brasileiros que estavam lá presentes. Temos, nesse momento, no Timor Leste, um contingente, e sempre nos demandam mais. A nossa limitação tem sido muito mais de orçamento do que, propriamente, de disponibilidade de gente e de tecnologia e de vontade. Mas imagino que haverá momentos em que tenhamos melhores condições de uma participação mais ativa. Não se imagine que as operações de paz, pelo nome de paz, não sejam operações de conflito e que não causem mortes. Cerca de mil seiscentas e poucas pessoas morreram, nos conflitos, nas 54 últimas operações chamadas de paz. Naturalmente, o registro da ação das Forças Armadas nessas operações, pela mídia, é muito limitado. A não ser no caso do Timor Leste, onde houve um pouco mais de atenção, por uma questão política, em geral não se dá o relevo ao que se está fazendo, aos desafios que estamos enfrentando. Mas tenho certeza de que os Senhores e as Senhoras estão informados disso. E, quanto a nós, que somos responsáveis pela direção do Brasil, sabemos dessa ação das Forças Armadas e olhamos com gratidão o esforço imenso e a competência técnica das nossas Forças Armadas, nesse tipo de operação.

Essa preparação das Forças Armadas brasileiras para o que definimos como “palco mundial” também é realizada através da chamada “atualização tecnológica”. Uma futura ameaça ou desafio não apenas ocorrerá em qualquer canto do mundo, mas também envolverá todos os quadrantes do conhecimento científico e tecnológico. Se eu tivesse que recomendar uma tarefa prioritária neste país, para o campo da defesa, diria que seria um esforço adicional para romper as barreiras entre os estamentos militares e universitários. Nós ainda vivemos aspectos que parecem dificultar o trânsito de idéias e projetos entre o mundo acadêmico e o da defesa mas, crescentemente, estamos trabalhando para que isso não seja assim, para que haja uma integração crescente entre esses dois mundos.

Já mencionei que a tecnologia é fundamental, e é interessante notar os extremos exigidos para a preparação para a defesa nacional. Ainda agora, no mês passado, tive a oportunidade de estar no Cen-

tro de Instrução de Guerra na Selva, perto de Manaus, onde os soldados são preparados para a luta, em condições que, certamente, seriam familiares a Antônio Raposo Tavares ou Fernão Dias Paes ou a qualquer outro bandeirante, mas que, certamente, não tem nada a ver com a imaginação contemporânea sobre o que seja um teatro de guerra. Mas é preciso ver que o esforço que está sendo feito na região amazônica é extraordinário, e a nossa competência tecnológica, de adaptação às condições locais é, realmente, alguma coisa que nos dá orgulho ver de que maneira fomos capazes de adaptar. Até mesmo o meu Chefe de Cerimonial, Embaixador Frederico Araújo, que me acompanhou, comeu uma daquelas lesminhas, que alguns acham muito apetitosas. Isso serviu para mostrar como estamos sendo treinados para, efetivamente, nos adaptarmos às condições que não são apenas uma questão abstrata, tecnológica, mas é de convivência com o meio ambiente e capacidade de adaptação para a guerra na selva.

A experiência pela qual pude passar, lá, durante a noite, no meio da selva, é extraordinária, porque se vê que, efetivamente, deslocamento de tropa à noite, na selva, é altamente desaconselhável, porque não se enxerga nada. Ao mesmo tempo, se verifica, com o desenvolvimento tecnológico, que basta pôr uns óculos especiais, com um raio qualquer, gama – não sei que nome tem – e dar um fuzil que também tenha um raio *laser* – e até o Presidente da República ficou feliz de ser Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, porque acertou o alvo, o que não é tão difícil assim. Mas, tirando os óculos, não se vê nada. Eu vejo essa, digamos, discrepância ou contradição, quase, entre a necessidade de se adaptar a condições locais de vida e, por outro lado, o uso da alta tecnologia, é essencial, para que se possa fazer frente a esse tipo de desafio.

Da mesma maneira, como basta olhar o que está sendo feito na questão do Sivam-Sipam. Tive a oportunidade, também, de visitar, em Manaus, o centro principal do Sivam, para verificar o desenvolvimento tecnológico imenso que está sendo feito, no caso, pela Aeronáutica, para que possamos ver que existe um esforço, realmente, em marcha, grande, para o controle do espaço aéreo nacional.

E, mais do que o espaço aéreo, também para as questões de utilização da região amazônica, em termos de clima, em termos, também, de recursos, em termos de controle de contrabando, controle do narcotráfico, etc. Enfim, estamos, efetivamente, tratando de aumentar muito a nossa capacitação tecnológica nessa área. E, também, pode passar despercebido a muitos, mas nós estamos, lá, com o Major Marcos César Pontes, sendo treinados para ser um integrante da tripulação da Estação Espacial Internacional, que é algo também significativo e importante, para mostrar que nós estamos desenvolvendo aqui, a partir dessa concepção de defesa, defesa territorial, local, soberania do Oiapoque ao Chuí, como disse, a visão de um palco mundial e responsabilidade sul-americana. Nós, dentro das nossas modestas condições materiais, estamos tratando de fazer o que é possível, para que tenhamos condições de manter ativas o desenvolvimento tecnológico e a nossa visão do mundo, e uma capacidade operacional, para que tenhamos, realmente, a necessária capacidade de ação.

Na verdade, temos que ver que se é verdade que a defesa não é um problema local, ela também não é uma questão apenas de interesse dos militares ou para os diplomatas. A diversidade de profissões representadas aqui – basta olhá-los, entre os que estão concluindo esse curso – é uma prova disso. As ameaças e oportunidades com que nos defrontamos exigem a participação de todos os setores da sociedade.

A título ilustrativo, cabe mencionar que o documento chamado “Política de Defesa Nacional” já reflete esta visão mais ampla e foi redigido com a participação de setores civis. E o mesmo documento abarca temas que seriam insólitos em um documento deste tipo se ele fosse redigido uma geração atrás. Na introdução do documento, por exemplo, está mencionado que a implementação de uma política de defesa sustentável depende, entre outros fatores, do fortalecimento da democracia, da redução das desigualdades sociais e da diminuição dos desequilíbrios regionais. Observe-se, além disso, que algumas das ameaças, no que concerne à defesa, como, por exemplo, o terrorismo cibernéti-

co, seriam produtos de ficção científica há muito pouco tempo. Não obstante, hoje, o terrorismo cibernético é algo fundamental para aquele que se preocupa com a questão de defesa nacional.

Antes de eu mencionar alguns temas sobre a questão local, gostaria de sair um pouco, até mesmo do texto, e lhes dizer o seguinte: quando se fala que temos que nos preocupar com o palco mundial, não é força de expressão, não é uma palavra vã, não é um motivo, apenas, de alento àqueles que se preocupam com o tema da defesa nacional. É uma realidade.

Tive a oportunidade de dizer aos alunos da Escola Superior de Guerra que me foram ver em Brasília, há pouco tempo, que o mundo posterior à Guerra Fria, que imaginávamos que pudesse ser um mundo multipolar, está se mostrando um mundo muito mais concentrado numa potência hegemônica, predominante, pelo menos, fortemente predominante. Sua hegemonia não está baseada apenas no seu poderio militar, que é imenso, mas na sua economia, na sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, na sua capacidade de difusão de valores, na sua capacidade de ter uma indústria cultural extraordinária – são os Estados Unidos. Essa é a verdade. Passamos de um mundo bipolar, que era o bloco soviético e o bloco liderado pelos Estados Unidos, para uma situação na qual a presença americana se fez muito forte.

Mas não é de imaginar que nesse prazo de cinquenta anos as coisas continuem assim. Não é de imaginar. Basta olhar o que acontece na China de hoje, a própria Índia de hoje. A Índia, hoje, exporta 6 bilhões de dólares em *software* – 6 bilhões de dólares.

Não tenho ido, recentemente, a uma região na qual trabalhei – trabalhei em Stanford e trabalhei em Berkeley – mas a minha mulher, a Ruth, que foi dar aula o ano passado, em Berkeley, passou um mês dando aulas lá, visitou algumas regiões ali e ficou surpresa com a mudança do tempo em que nós lá vivíamos, que foram os anos 70 e também 80; outra vez, é o mundo atual.

A quantidade de gente que vem da Índia é imensa, porque são bons matemáticos. Então, o Silicon Valley está povoado por gente que

vem da Índia. Mas a recíproca também é verdadeira. Existe, na Índia, uma região, Bangalore, eu creio, que é o Silicon Valley da Índia.

Não é uma perspectiva apenas de hoje, essa que nós estamos aí, em que parece que basta alguém apertar o botão e tudo acontece, até porque não é assim nem hoje. Para imaginar que vamos ter um mundo um pouco diferente, tanto do mundo bipolar como do mundo hoje, que parece que é um só mundo. Não é assim. A História prega peças àqueles que imaginam que ela não se move. Ela se move. Não sei de que maneira vai se mover. É inimaginável. O que não é desculpa para que não estejamos preparados, com uma capacidade adaptativa muito grande, para enfrentar condições que são mutáveis.

Um país como o Brasil, que tem uma vocação, como disse aqui, de paz, uma vocação de presença regional, não pode se imaginar como, no futuro, fora de uma presença mais ampla do que essa. Às vezes, a mim me dói ao ver, por exemplo, referido em várias situações: “Ah, o Brasil fez isso porque não sei quem mandou”. É desconhecer o que acontece, hoje, no mundo, e que a nossa presença, hoje, é muito mais ativa, muito mais forte do que se possa imaginar.

Só para lhes dar um exemplo: nesse momento, está sendo discutido em Haia, na Holanda, uma questão muito importante, que é a questão relativa ao clima, a mudanças climáticas. O efeito chamado “efeito estufa”, etc. E existe, aí, um contencioso muito grande sobre quem são os responsáveis pela emissão dos gases que provocam esse efeito estufa que, aparentemente, por tudo que pude ver, terá consequências grandes, não de imediato, mas no decorrer do século terá consequências muito grande sobre a nossa capacidade de vida no planeta, o modo como vivemos no planeta.

Pois bem, a discussão que se trava em Haia é a partir de uma proposta que foi feita pelos brasileiros em Quioto. O Doutor Gilvan, que propôs o chamado “mecanismo de desenvolvimento limpo”, e uma forma de compensação das emissões de gases. Naquela ocasião, a discussão foi basicamente entre os Estados Unidos liderando os países desenvolvidos; os países em desenvolvimento e um grupo de paí-

ses, que eram o Brasil, a Índia e a China, e constituíam uma posição intermediária. E foi o Brasil que deu a saída, naquele momento.

Agora, de novo, ontem, o Presidente Clinton me telefonou, para discutir o assunto. Telefonei para o Presidente Chirac, porque ele fez um discurso muito bom lá. E o Ministro Ronaldo Sardenberg, que está chefiando a delegação, me telefonou e disse: “Olha, fale com fulano, fale com beltrano, porque nós temos que negociar aqui”.

É assim que é o mundo de hoje, no qual há presença, não é porque seja o Presidente Fernando Henrique que fala inglês ou francês, não, porque isso não precisa, por intérprete, qualquer outro fala. É o Brasil, que está sendo tomado em conta. Por quê? Porque tem presença, porque tem capacidade formuladora, porque tem interesse, porque expressa seu interesse.

Então, essa visão é que nós devemos ter, ao invés de termos uma visão de inferioridade colonial, de imaginar que “vamos fazer tudo que seu lobo vai mandar”. Não é assim. Não vamos também exagerar. Nós não temos um poderio imenso, nem militar, nem econômico, nem cultural, nem político. Não, não temos. Mas, também, não estamos vivendo um mundo no qual um país com as potencialidades e com as já realizações do Brasil não seja um parceiro, nesse palco político, que é reflexo do resto do que acontece no mundo e, portanto, crescentemente será chamado – e é chamado – a ter participações.

Isso entra na perspectiva de defesa nacional, necessariamente. Em mais de uma oportunidade, em conversa com o Presidente Clinton, ele me incentivou a que o Brasil participasse mais ativamente de certos conflitos mundiais. Por exemplo, Israel e Líbano, sem falar dos nossos, aqui, latino-americanos.

É claro que, como não queremos dar o passo maior que a perna, não vamos, também, entrar em temas ou em questões muito distantes do nosso interesse e mesmo da nossa possibilidade efetiva de realização. Mas isso vai acontecer, crescentemente.

Quando digo que está acontecendo no plano político, isso tem reflexo na sociedade toda, ou é reflexo da sociedade, do desenvol-

vimento da sociedade. E tem reflexo na defesa nacional, e tem reflexo no que diz respeito à questão da preparação das nossas Forças Armadas.

Temos que olhar para o mundo todo, e não apenas regionalmente, embora tenhamos um compromisso regional forte e sem exagero, mas também sem acanhamentos, temos que nos preparar para um papel efetivo, nesse mundo que está se construindo. E dentro sempre da paz, da democracia, do respeito à soberania. Não se trata, absolutamente, de uma visão antiquada dessa matéria.

Feita essa ressalva, e dizendo que isso me parece que implica uma mudança de mentalidade, isso não nos desobriga, obviamente, das questões locais. Neste caso nós temos, também, questões que são afetadas à segurança pública. No caso do Brasil, o que mais preocupa, como toda a gente sabe, é a questão das ações que possam ter alguma influência nos grandes centros urbanos. Aqui, como diretamente não é a União, nem são as Forças Armadas os que têm responsabilidade por esse tipo de ação, a nossa visão é uma visão realista.

Estamos incrementando a atuação federal em alguns setores, com emprego, saúde e educação, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil, aquelas que têm mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano, o chamado IDH. Existe um projeto chamado Alvorada que visa justamente criar melhores condições de vida para as populações das áreas mais deprimidas e, com isso, por algum tempo, pelo menos, se diminui o fluxo migratório, se eleva a condição de vida e, indiretamente, se contribui para a questão da segurança em geral.

O esforço que tem sido feito – eu não vou falar sobre isso hoje, tenho falado em outras oportunidades – sobretudo na área de educação e da saúde, é, realmente, muito forte. Agora nós estamos até vendo uma coisa interessante, no que diz respeito à educação. Discutimos muito o acesso à educação, a abrangência da educação básica no Brasil. Agora, temos que criar – eu digo e repito sempre – 10 milhões de vagas no ensino secundário, nos próximos três anos, como consequência do aumento da pressão do ensino primário. O fato de que se comece a discutir já a questão do ensino pré-primário, essas questões todas,

de um ângulo numérico, agora se começa a discutir, já a qualidade do ensino. Isso significa que já se avançou no numérico. Então, a crítica vem para o outro lado. E é justo que assim seja. Avançou, já tem mais gente na escola, mas, e o que que eles estão aprendendo?

Temos um avanço. Já se está discutindo a qualidade do ensino. Houve um avanço inequívoco aí, como houve um avanço inequívoco na saúde. Também, a abrangência do serviço de saúde aumentou muito, no Brasil. Nessa questão relativa ao que mencionei, da Aids, temos dado cooperação no mundo, porque o Brasil é um dos pouquíssimos países que tem um programa de tratamento total, gratuito da Aids. Isto custa 500 milhões de dólares por ano. Quinhentos milhões de dólares, para nós, é muito dinheiro. Mas isso é segurança nacional. Nós estamos contendo a expansão da Aids no Brasil, que é a propaganda de questão de prevenção e tratamento.

Também, em outras áreas, sobretudo nas áreas mais pobres, a questão a que refiro sempre, dos agentes comunitários de saúde, dos médicos de família, não se faz sentir nos grandes centros brasileiros, que são os formadores de opinião. A opinião pública não registra isso. Mas, na área mais pobre, nos bolsões de miséria do Nordeste, na Amazônia, aí sim, nós tínhamos 20 mil agente de saúde. Temos 130 mil hoje. Temos 22 mil, creio – não sei exatamente – médicos de família no Brasil. E a idéia é de aumentar muito a cobertura, nesses próximos dois anos do meu mandato, tanto no programa de educação quanto de saúde.

As linhas estão traçadas. O que se trata, agora, é de, pela acumulação dos resultados, continuar. E nós aumentamos muito, expandimos muito o gasto na área social, para os próximos dois anos: o Orçamento de 2001 e espero que, em 2002, também seja possível, trabalhamos para que possamos dar um apoio grande a essas questões, que são fundamentais, num sentido mais amplo, para a segurança nacional.

Por outro lado, temos também, como sabem, um plano nacional de combate à criminalidade. É extremamente difícil o Governo Federal entrar nesta área direta, que afeta aos estados. Só, em termos de

números, a Polícia Federal dispõe de 7 mil agentes, 7 mil policiais. Seguramente, no Estado de São Paulo, a Polícia Militar tem 80 mil. Então, vejam a desproporção que existe nisso.

Não é cabível imaginar que o Governo Federal possa fazer frente a isso porque ele não tem nem a destinação constitucional, nem equipamento humano e material, para fazer frente à questão da segurança pública e da violência. Mas tem, sim, a capacidade – ou deveria ter – em algumas áreas estratégicas. Uma é a questão das drogas porque, hoje, a violência é resultado quase imediato da disseminação da droga. Quem imagina que a violência é consequência da pobreza ou do desemprego insulta os pobres e os desempregados, porque os dados são claros, de que não se trata disso. Trata-se, efetivamente, da conexão entre droga e violência. Aí, sim, temos, como sabem, um programa especial de combate à droga. Como os recursos são escassos, temos também feito um esforço muito limitado, mas com consequências, para mostrar que é necessária a integração entre a ação municipal, estadual e federal. Sobretudo na chamada região do Entorno de Brasília, o Governo Federal tem atuado. Esse programa nacional de segurança pública não tem muitos recursos, mas tem, às vezes, o suficiente para mudar a qualidade da ação policial em áreas específicas.

Esse programa serve para mostrar um exemplo do absurdo a que nós chegamos, em certas circunstâncias. O Distrito Federal está encravado em Goiás. Se o bandido é perseguido pela Polícia do Distrito Federal e entra em Goiás, a Polícia do Distrito Federal não entrava em Goiás, porque tem rixas, não tem acordos, não tem convênio assinado, porque tem comprometimentos, uma série de questões. Nós estamos acabando com esse tipo de desintegração do aparelho estatal. Noutros termos, parece ser que aqui a questão fundamental é a questão relativa à integração entre os vários níveis de governo.

Já que entrei nessa questão, de integração dos vários níveis de governo, eu diria que isso se torna cada vez mais essencial, para todos os aspectos, no que diz respeito à administração do Brasil e, especificamente às questões de segurança, em todos os aspectos.

Agora mesmo, naquela experiência que se realizou em Mandacaru, na região lá, em Pernambuco, a questão central era de integração também. Como é que se põem em conjunto o Governador, as autoridades federais, as autoridades locais, as polícias diferentes, a civil, a militar? E nós temos, aqui, situações que são, às vezes, caóticas. Isso tem que ser combatido. Acabei de dizer aqui e todo mundo sabe que os problemas de defesa transcendem a órbita militar ou diplomática e vão para outras áreas. É claro que a dificuldade de coordenação também é grande, e é maior.

Hoje, temos que olhar, no que se chama de “novos tempos”, de outra maneira as questões. Vejam, por exemplo, no que diz respeito ao chamado “Plano Colômbia”. Quem, aqui, já não pensou sobre Plano Colômbia, quem já não opinou, às vezes até sem saber do que se trata o Plano Colômbia? Isso requer o nosso posicionamento, diante dessa matéria, requer que exista uma visão política, social, econômica, militar, de segurança interna, de narcotráfico, de contrabando, de controle de espaço aéreo, de capacidade ou não de derrubar aviões. É uma complexidade imensa de temas, em uma questão aparentemente limitada, focalizada. Mas é assim em tudo. Daí por que tenhamos que, cada vez mais, coordenar os nossos esforços.

É esse o sentido da criação do Ministério da Defesa. É basicamente a partir dessa visão, que se torna necessário o Ministério da Defesa. Não é a coordenação entre as Forças só – também é ela – é muito mais do que isso. É que a defesa entendida, como a entendemos, modernamente, *amplu sensu*, ela implica a integração com a sociedade. Ela implica, como disse aqui, e são truísmos, a integração com as universidades, com a diplomacia. Implica uma integração com o setor produtivo. Ela implica, em uma visão bem mais ampla, o fato de, eventualmente, estar, hoje, um civil como Ministro da Defesa. Não é isso que caracteriza o Ministério da Defesa. Eu, pessoalmente, não teria nenhum problema em colocar um militar como Ministro da Defesa. Porque não o fiz, num primeiro momento? Porque seria compreendido de outra maneira. Seria entendido como se fosse uma manobra ou para fortalecer uma das Forças, ou para fingir que está

fazendo um Ministério que não está, ou porque “não teve a coragem de nomear um civil”. Não tenho esses problemas, de estar demonstrando ter coragem para isso ou para aquilo. Sei que tenho. Não tenho esse problema. Mas não é essa a questão. No futuro, não sei. O fato de ter farda ou não ter farda no comando do Ministério da Defesa, é secundário. O importante é existir o Ministério da Defesa, com essa visão, que é integradora. É bom, também, que os civis se preocupem mais com a defesa. Portanto, a presença de um civil como o Doutor Quintão, que tem uma visão ampla do processo, é boa para esse objetivo do Ministério da Defesa, que é basicamente um sentido de integração.

Estamos vendo, crescentemente – mencionei o fato que é conhecido, de os aviões argentinos fazerem exercício no porta-aviões Minas Gerais – estamos vendo, por outro lado, que esse sentido de integração não é só nacional. Estamos crescentemente, pelo menos na área do Mercosul e com o Tratado de Cooperação Amazônica, assistindo processos que são de integração crescente. Temos a Operação Cruzeiro do Sul, neste momento, no Mercosul, com forças argentinas, brasileiras, paraguaias, uruguaias. Quer dizer, isso requer uma integração política e diplomática, também simultaneamente. Vimos, até com muita satisfação, que Manaus sediou a reunião, dos Ministros de Defesa recentemente. Nós vimos como essas questões estão se encaminhando no mundo atual.

Bom, mas retornando um pouco aqui à questão da coordenação interna, eu queria fazer um comentário sobre o problema da circulação da informação. Hoje, todo mundo diz – e é verdade – que informação é poder. Hoje temos de ver que, sem que nós tenhamos a capacidade de entender o que é a informação de hoje, e entender o peso da Internet no mundo de hoje, dificilmente vamos ser capazes de fazer frente a essa questão de que informação é poder. Tínhamos, evidentemente, a nossa visão de informação, sempre houve. Informação sempre foi central em qualquer operação, até bélica, evidentemente, no serviço de inteligência. Mas havia muito a idéia de que a informação é secre-

ta, reservada. Bom, claro, há muitas informações que são mesmo. Mas hoje o problema é que a informação é cada vez mais pública, e cada vez mais é difícil, e não é útil até que exista essa, enfim, essa visão apenas do sigilo. Hoje é muito mais a necessidade de se ter difusão da informação como elemento de defesa.

Não estou negando a especificidade da informação secreta nas coisas oportunas, mas estou dizendo que é preciso entender que hoje, para que nós possamos ser um país capaz de se defender, tem que ser um país informado. E, para ele ser um país informado, precisa ter um sistema de educação e uma tecnologia que permitam que a população tenha acesso. É o que nós estamos tentando fazer.

Estamos tendo um problema de extensão, do uso do computador nos colégios. Nós já temos cerca de 20 mil ou 30 mil computadores – eu não sei exatamente – difundidos pelas escolas públicas brasileiras. Formamos professores para isso e com uma taxa que fizemos na privatização da telefonia, nós temos, hoje, recursos da ordem de 1 bilhão de reais por ano para generalizar o acesso à Internet, ao computador ligado à Internet nas escolas brasileiras. Nos próximos dois anos, nós teremos 70, 80 mil escolas adicionais. Devo dizer que nós temos 250 mil escolas públicas no Brasil. É muita escola.

Mas nós temos uma programação e não se trata só de colocar o aparelho de computação lá, mas se trata de treinar gente. Gente capaz de usar. E isso é fundamental porque vai colocar todo mundo em ligação. Ou seja, temos que entender que vivemos no mundo da sociedade da informação. Temos no Ministério de Ciência e Tecnologia, toda uma programação chamada assim mesmo: “Sociedade da Informação”. E nessa programação só o Governo Federal já dispõe, para servir à população de cerca de 360 serviços públicos prestados pela Internet. Pode parecer que está muito distante do nosso tema, mas não está.

A sociedade para ser, hoje, segura e para poder desempenhar seus papéis, para o Estado Nacional desempenhar seus papéis locais, regionais e planetários, vai depender fundamentalmente da nossa capacidade de dominarmos esta matéria.

É claro que tudo isso nos leva à questão fundamental de que nós precisamos, portanto, contar com Forças Armadas, que também elas sejam capazes de um papel ativo nessa sociedade moderna. Por isso, esses cursos precisam dessa visão global das questões, uma capacitação que vai além da especialização técnica militar, para que as Forças Armadas tenham o acesso e sejam capazes, como são, de desenvolver tecnologias próprias.

Se nós não formos capazes de desenvolver nossos “*softwares*”, dificilmente poderemos pensar em soberania, em capacidade de decisão por nossa própria conta, porque vamos estar sempre subordinados a decisões que não são criadas por nós. Vamos ter que nos apropriar, crescentemente, dessas novas tecnologias. E isso far-se-á nas Forças Armadas e nas universidades e nas empresas. O mundo de hoje é um mundo que funciona em rede. A noção de rede é vital para tudo no mundo de hoje. Precisamos ter, cada vez mais, as Forças Armadas capacitadas dessa maneira.

O esforço feito tem sido muito grande. Mencionei aqui o que vi na selva, no nosso treinamento para guerra de selva. Mencionei o Siyam. Conheço o esforço da nossa Marinha em setores tecnológicos específicos, de adaptação de guerra eletrônica. Sabemos que aqui nós nos capacitamos em várias dessas matérias. Conheço o esforço da Marinha no que diz respeito ao submarino de propulsão nuclear. Esforço importante, porque precisamos estar sempre dominando essas tecnologias. Sei da preocupação das forças do Exército, em ter núcleos de excelência para estar adaptado, pelo menos para ter na vanguarda setores que sejam capazes de rápida conversão, se for o caso e quando for o caso.

Sei que temos sido parcous na distribuição de recursos para que essas necessidades sejam atendidas. Não preciso me estender no ponto, porque nas outras ocasiões em que aqui estive, externei, mostrei as razões para isso, as razões que são conhecidas, as dificuldades que enfrentamos nesses últimos tempos para repor o Brasil em condições de crescimento. Devo lhes dizer que terminamos esse ano com, podemos dizer, que cumprimos o que tínhamos que fazer.

O último dado de crescimento da nossa economia apontou que em três trimestres nós crescemos 3,89%. Eu disse ontem 3,865 e o Ministro Malan me corrigiu, disse que é 3,89%, ou seja, é fácil de imaginar que nesse último trimestre crescemos um pouco mais para ultrapassar os 4% de crescimento da economia, que era o que nós dizíamos lá atrás, diante de todo o ceticismo dos que não acreditavam que o Brasil, por causa da situação internacional, por causa da desvalorização, por causa disso, por causa daquilo fosse capaz. Crescemos.

A nossa indústria está crescendo esse ano a uma taxa de 6,5%. A nossa agricultura bateu o recorde de grãos – recorde histórico. Não sei exatamente – acho que oitenta e poucos milhões de toneladas de grãos. A safra para o ano que vem se prevê maior do que a safra do ano em curso. Devo lhes dizer que, no começo da década, produzimos cinquenta e poucos milhões de toneladas. Eu gostaria de chegar ao fim do meu mandato produzindo, senão 100 milhões, pelo menos próximo disso. Ou seja, numa década teremos dobrado a produção de grãos. O que conta, porque barateia a vida, dá comida e permite excedente de exportação.

Não conseguimos alcançar as metas de exportação porque houve o aumento do preço do petróleo e a baixa do preço das outras *commodities*, mas a nossa pauta de exportações se inverteu. Hoje, a maior parte da nossa exportação é de produtos industrializados, não mais de produtos primários, que é uma coisa também importante, porque vai nos assegurar, no futuro, uma vantagem comparativa maior, apesar da crise na América Latina, nosso grande consumidor de produtos industrializados Estados Unidos e América Latina. E o que é mais importante, conseguimos começar a baixar a taxa de desemprego.

Ainda hoje, tomando o avião para vir para cá, não tive oportunidade de ler, mas eu conheci o dado num dos jornais de São Paulo, que diz que a taxa de desemprego é a mais baixa desde não sei quando, da década de 80. E o dado que está lá é um dado que não é o que reflete a realidade, ou melhor, não é comparável com outros países, porque a metodologia aplicada nessa pesquisa não é universal e dá uma taxa mais alta. Não obstante, mesmo nessa taxa mais alta o que vale é a

tendência. E a tendência foi de queda. E é possível que nos aproximemos do fim do ano com uma taxa mais próxima de 6 do que de 7% de desemprego. Não é o ideal. Queremos baixar mais.

Mas, para quem viu, vivemos o ano de 98, o horizonte se toldando e o desemprego sendo o refrão correto do dia-a-dia, sobretudo dos que são contra. E hoje vêem que foi possível, dentro da democracia e com a liberdade plena no Brasil, nós retomarmos o crescimento, nós termos tido capacidade até mesmo na parte mais sensível, que é a do desemprego. Dá para acreditar que o que eu mencionei antes sobre o nosso papel no mundo possa ser, realmente, um papel de verdade, porque nós repusemos a sociedade em funcionamento.

Custou isso. Custou o sacrifício de muita coisa. Custou o sacrifício dos nossos orçamentos; os Ministros que aqui estão, os Comandantes que aqui estão sabem que, nesses últimos meses, nossas conversas não têm sido fáceis. Não entre nós, mas diante da realidade. O custo não é fácil. Portanto, custou também na questão de reaparelhamento. O orçamento do ano que vem dá uma certa melhora. Na parte operacional, aumentamos em 26% os recursos para o ano que vem, supondo sempre que se realize o orçamento, que se cumpra o orçamento, supondo, portanto, que não haja no Congresso alguma decisão que nos obrigue a cortar, em termos de reequipamento, sobretudo na questão da Força Aérea, com quem tenho um compromisso e estamos começando a cumpri-lo.

Com todas as dificuldades, conseguimos dotar a nossa Marinha desse novo porta-aviões. Quero um dia viajar nele, pelo menos do Rio a São Paulo. Porque já fiz isso no Minas Gerais, não posso discriminar o São Paulo. Mas, enfim, sei que é pouco, mas começamos a mexer. Também sabem os Senhores que, dentro de todas essas restrições, ordenei que se reorganizasse a estrutura das carreiras militares e que se atualizassem os vencimentos.

O Ministro Quintão cuidou da matéria. Houve uma comissão lá elaborada e anunciei, outro dia, também em Brasília, que, estamos reestruturando toda a administração em certas categorias. E o que nós chamamos de carreira básicas de Estado foram reestruturadas. E

a determinação é que a carreira militar fosse considerada no grau mais alto das carreiras básicas de Estado, que houvesse uma equiparação disso e uma reestruturação da carreira. Está sendo feito e eu, este ano, devo tomar, mandar para o Congresso, eu preferia até por medida provisória minha, a decisão para que essa questão fosse, enfim, saísse da minha preocupação direta, embora continuasse na preocupação dos demais, porque a implementação é sempre um problema complicado. Nós estamos limitados, e bem limitados, o que é positivo, pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos fazer gasto sem que haja a fonte.

Estamos vendo a discussão do salário mínimo em que isso ficou claro, pela primeira vez, que quando não se aumenta o salário mínimo não é porque não se quer. Essa semana, recebi em separado a Força Sindical e a CUT. Separado por eles não por mim. E às duas centrais sindicais eu disse: qual o Presidente da República que não assinaria já um aumento para mil reais? Vai para a glória. Agora, é um irresponsável, porque não tem o dinheiro. E o dinheiro sai do povo. Quer dizer, o que nós temos que discutir são as prioridades, quem paga e de quem se tira. E isso é no orçamento. Pela primeira vez, o salário mínimo está sendo debatido no Orçamento. Pela primeira vez, desde que eu me lembre, a discussão se faz é no Orçamento. Não como se fosse uma benesse ou uma maldade do Presidente ou dos Governantes, mas como se fosse uma discussão séria da sociedade sobre os recursos disponíveis.

Então, naturalmente, o que nós estamos discutindo agora é exatamente dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, as fontes para que se possa realizar aquilo que eu determinei. Mas vai ser realizado e não vai passar desse ano. Eu suponho que tenha que ser até 15 de dezembro, não é isso Ministro?

Dito isso, eu queria agradecer a presença de todos aqui, e manifestar os meus votos, os melhores, agora, depois que os Senhores passaram um período em atividades, se posso assim chamar, escolares. Ai, que inveja de eu poder também fazer isso! Espero que daqui a dois anos eu possa fazer, passar um período também de reflexão.

Acho que é uma coisa muito produtiva. E o que se faz aqui é o exemplo do que eu chamei aqui de sociedade da informação. No mundo novo, esse mundo novo vai exigir essa permanente ida e vinda entre a ação e a reflexão, ida e vinda. Vai se estudar a vida toda e não apenas numa certa fase da vida. E isso, pelo menos para mim que estou na terceira idade, já começando a ser avançada, espero que seja também motivo, enfim, de satisfação e de extensão da capacidade intelectual.

E aqui, como tem gente muito mais moça, imagino que vão poder, mais adiante, continuar nesse ir e vir, entre a atividade prática e a atividade de reflexão. Mas quero agradecer muito o fato de terem se empenhado, certamente o fizeram, em compreender os problemas nacionais; e desejar toda sorte de êxito e felicidade pessoal.

E quero muito especialmente agradecer a cooperação permanente das Forças Armadas ao País e ao Governo. Agradecer muito especialmente aos Senhores Comandantes que aqui estão, que sabem da estima e do respeito que tenho por eles. E também devo dizer que, em nenhum momento, deixei de ter a compreensão das Forças Armadas Brasileira e sei das dificuldades pelas quais têm passado. Mas creio que nós todos estamos unidos pelo mesmo sentimento, que é do amor à Pátria.

Muito obrigado.